



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS  
Recurso Eleitoral nº 37-60.2016.6.02.0015, Classe 30

---

**ACÓRDÃO Nº 11.687**  
**(13/09/2016)**

RECURSO ELEITORAL Nº 37-60.2016.6.02.0015.

RECORRENTE: IVALDO DA SILVA.

ADVOGADOS: Luciano Guimarães Mata (OAB/AL nº 4.693) e outros.

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL.

RELATOR: Desembargador Eleitoral Orlando Rocha Filho.

**RECURSO ELEITORAL INOMINADO. ELEIÇÕES 2016. MUNICÍPIO DE RIO LARGO/AL. REGISTRO DE CANDIDATURA INDEFERIDO. CARGO DE VEREADOR. FILIAÇÃO PARTIDÁRIA. PRAZO ESTATUTÁRIO. ALTERAÇÃO PARA ADEQUAÇÃO AO NOVO PRAZO LEGAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTE DO TSE. MATÉRIA INTERNA CORPORIS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. REGISTRO DE CANDIDATURA DEFERIDO.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os Desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas em conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.

Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, em Maceió, aos 13 dias do mês de setembro do ano de 2016.

**Des. SEBASTIÃO COSTA FILHO – Presidente**

**Des. ORLANDO ROCHA FILHO – Relator**

**Dr. MARCIAL DUARTE COÊLHO – Procurador Regional Eleitoral**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS  
Recurso Eleitoral nº 37-60.2016.6.02.0015, Classe 30

---

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso Eleitoral interposto por **Ivaldo da Silva** contra sentença proferida pelo Juízo da 15ª Zona Eleitoral que indeferiu o seu requerimento de registro de candidatura ao cargo de Vereador no Município de Rio Largo/AL, em virtude de suposta ausência de condição de elegibilidade.

Na sentença atacada (fls. 34/36), a Juíza Eleitoral da 15ª Zona entendeu que o Recorrente não atendeu ao prazo mínimo de filiação previsto no estatuto do **Partido Pátria Livre (PPL)**.

Em suas razões (fls. 39/47), o Recorrente alega que o **Partido Pátria Livre (PPL)** realizou alteração em seu estatuto, suprimindo o **§ 3º, do art. 10**, que estabelecia o período mínimo de um ano de filiação para que o filiado pudesse concorrer a cargo eletivo.

Assevera que essa alteração ocorreu no ano de 2013, por ocasião do III CONGRESSO DO PPL, surtindo efeitos a partir de então.

Sustenta, que as exigências contidas no **art. 10, da Lei nº 9.096/95**, que tratam da necessidade do registro das alterações estatutárias no Cartório Civil competente e junto ao TSE, são de caráter meramente informativo.

Requer, portanto, o provimento do Recurso Eleitoral para, reformando a sentença recorrida, considerar preenchida a condição de elegibilidade relativa ao prazo mínimo de filiação partidária e, em consequência, deferir o seu registro de candidatura.

Em contrarrazões (fls. 49/52), o Ministério Público Eleitoral de primeiro grau se manifestou pelo desprovimento do Recurso interposto.

Instada a se manifestar, a Procuradoria Regional Eleitoral opinou pelo desprovimento do Recurso Eleitoral interposto, mantendo-se a decisão que indeferiu o registro de candidatura do Recorrente.

**Era o que havia de importante para relatar.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS  
Recurso Eleitoral nº 37-60.2016.6.02.0015, Classe 30

---

VOTO

Senhores Desembargadores, presentes todos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos, conheço do Recurso Eleitoral interposto.

Da análise dos autos, observo que o fundamento para o indeferimento do requerimento de registro de candidatura do Recorrente foi a afirmação no sentido de que, apesar de o **art. 12, da Resolução TSE nº 23.455/2015** exigir o prazo mínimo de filiação de apenas 06 (seis) meses antes do pleito, ele também possibilita que o estatuto partidário estabeleça prazo maior, o que seria o caso do **Partido Pátria Livre (PPL)**, cujo estatuto previa, em seu **art. 10, § 3º** que *“somente poderá ser candidato a cargo eletivo, o filiado que na data da eleição, contar com no mínimo 01 (um) ano de filiação partidária”*.

Ocorre que, segundo o Recorrente, em dezembro de 2013, o **PPL** realizou o III CONGRESSO NACIONAL do partido, onde modificou o seu estatuto, suprimindo o **§ 3º, do art. 10**, acima referido, conforme se constata na mídia contendo a respectiva ata, acostada à fl. 40.

Devo registrar que, consultando na internet o *site* do TSE, mais precisamente o *link* <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-estatuto-ppl-anotacao-deferida-liminarmente-em-5-9-2016>, constatai que a anotação da alteração estatutária do partido em questão foi deferida no âmbito daquele Tribunal Superior, em **05/09/2016**, por meio de medida liminar concedida nos autos do **RPP nº 1426-58**, tendo o eminente **Ministro Luiz Fux** consignado expressamente que deferia, liminarmente, o registro da alteração promovida no estatuto do **Partido Pátria Livre (PPL)**, que suprimiu a exigência de prazo mínimo de filiação para concorrer a cargo eletivo, deliberada no III CONGRESSO NACIONAL, realizado em 2013, e ratificada no IV CONGRESSO NACIONAL, ocorrido em março de 2016.

Ademais, o Tribunal Superior Eleitoral já decidiu, por unanimidade, nos autos da **Petição nº 128 (1286-49.1996.6.00.0000)**, que não se aplica o **art. 20, da Lei nº 9.096/95** a casos como o presente, tendo em vista que a deliberação do Órgão Nacional do Partido se deu em ano anterior ao do pleito (em dezembro de 2013), tendo apenas o pedido de sua anotação perante aquela Corte ocorrido no ano eleitoral.

De mais a mais, no último dia **08/09/2016**, o Tribunal Superior Eleitoral decidiu ser possível até mesmo a alteração estatutária feita no próprio ano em que serão realizadas eleições, desde que seja para reduzir o prazo mínimo de filiação e não para aumentá-lo, conforme se pode concluir da seguinte notícia, publicada no mesmo dia da decisão, no sítio daquela Corte na



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS  
Recurso Eleitoral nº 37-60.2016.6.02.0015, Classe 30

internet (link: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Setembro/tse-aprova-mudanca-no-estatuto-do-ptb-sobre-prazo-de-filiacao-partidaria>):

**TSE aprova mudança no estatuto do PTB sobre prazo de filiação partidária**

Na sessão administrativa desta quinta-feira (8), os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovaram pedido do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) para que a legenda possa fazer um ajuste, em seus estatutos, no prazo de filiação partidária. A Reforma Eleitoral de 2015 (Lei nº 13.165) reduziu de um ano para seis meses antes do pleito o prazo de filiação partidária, para que um postulante a candidato possa concorrer em uma eleição. É justamente essa a adequação que o partido pretende fazer.

Relator da solicitação do PTB, o ministro Gilmar Mendes disse que o artigo 20 da Lei nº 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos) estabelece que é facultado ao partido político fixar em seu estatuto prazos de filiação partidária superiores aos especificados na lei, com vistas à candidatura a cargos eletivos. Enquanto o parágrafo único do citado artigo define que os prazos de filiação partidária fixados no estatuto do partido, com vistas à candidatura a cargos eletivos, não podem ser alterados no ano da eleição.

**“Com base na compreensão sistemática dessas regras, bem como no Direito Constitucional e elegibilidade, a Lei dos Partidos Políticos veda que, no ano das eleições, o estatuto seja alterado para aumentar o prazo de filiação partidária fixado em lei, não proibindo a redução quando a modificação simplesmente busca a compatibilização à novel legislação eleitoral, editada e promulgada em conformidade com o artigo 16 da Constituição Federal [que trata da anterioridade de um ano da lei que altera o processo eleitoral]”, ressaltou o relator.**

Para o ministro Gilmar Mendes, a eventual negação do pedido do PTB poderia causar sérios prejuízos ao partido, pois os candidatos da legenda, que pleitearam o registro de candidatura nas eleições de 2016, respeitando o prazo legal de filiação partidária de seis meses, estariam inviabilizados de concorrer, em razão da norma estatutária de um ano atualmente em vigor.

“É importante essa decisão, porque nós temos notícias de que há vários registros de candidatura sendo impugnados justamente em razão deste prazo”, informou a ministra Luciana Lóssio, ao votar acompanhando o voto do relator.

A decisão foi unânime. (Grifei).

Nesse diapasão, há que se reconhecer que o Recorrente preencheu a condição de elegibilidade relativa ao prazo mínimo de filiação partidária, prevista no **art. 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal** e regulamentada pela Lei nº 9.504/97 e pela Resolução TSE nº 23.455/2015, uma vez que com, a alteração promovida no estatuto do **PPL**, prevalece o prazo mínimo legalmente previsto.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS  
Recurso Eleitoral nº 37-60.2016.6.02.0015, Classe 30

---

Registre-se, ainda, que, ao se realizar uma pesquisa de julgados relativos ao pleito de 2016, já é possível encontrar precedentes que aplicam fielmente o posicionamento do Tribunal Superior Eleitoral. Observe-se um julgado nesse sentido:

ELEIÇÕES 2016. RECURSO ELEITORAL. PROVIMENTO DO RECURSO. REGISTRO DE CANDIDATURA. VEREADOR. FILIAÇÃO PARTIDÁRIA. PRAZO MÍNIMO ESTABELECIDO PELO ESTATUTO. ADEQUAÇÃO DO PRAZO LEGAL INAPLICABILIDADE DO ART. 20 DA LPP.

1- Com efeito, a Lei nº 9.504/97 estabelecia que os pretensos candidatos deveriam estar como a filiação partidária deferida pelo prazo mínimo de um ano para que pudessem participar do pleito, prazo que somente foi alterado com a recente edição da Lei nº 13.165/2015, como já restou consignado.

**2- Ainda que o art. 20 da Lei nº 9.096 previsse a possibilidade de majoração pelos partidos do prazo de filiação partidária estabelecido em lei, fato é que todos as agremiações partidárias ultimaram por reproduzir em seus estatutos o prazo mínimo legal, algumas utilizando-se de expressões como "prazo estabelecido em lei", outra optando por reproduzir o texto legal, como *in casu*.**

**3- O estatuto da agremiação em nenhum momento pretendeu ampliar o prazo de filiação para um ano, mesmo porque quando de seu registro era é este (um ano) o prazo estabelecido pela Lei das Eleições desde a sua edição em 1997 até setembro de 2015, com a entrada em vigor da Lei nº 13.165.**

**4- Inexistência de alteração estatutária, mas tão somente de adequação de seu texto à nova dicção do art. 9º da Lei n 9.504/97.**

5- Provimento do recurso.

(TRE/RJ, RE nº 75602 SÃO GONÇALO – RJ. Relatora JACQUELINE LIMA MONTENEGRO. Julgamento: 08/09/2016. Publicado em Sessão, Data 08/09/2016). (Grifei).

Por fim, cabe destacar que a questão relativa ao prazo mínimo de filiação partidária para que um filiado possa ser escolhido como candidato é tema inserido no âmbito da liberdade partidária, consistindo, em verdade, em assunto *interna corporis*, que somente poderia vir a ser objeto de impugnação por eventual filiado que entendesse ter sido prejudicado pelo ato do partido.

Nessa linha de raciocínio, como no presente caso inexistiu qualquer irrisignação de filiado em razão da medida *interna corporis* adotada pela agremiação, não cabe à Justiça Eleitoral adentrar em tal seara, sob pena de invadir o âmbito de liberdade constitucionalmente conferido aos partidos políticos.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS**  
**Recurso Eleitoral nº 37-60.2016.6.02.0015, Classe 30**

---

Ante o exposto, dou provimento ao Recurso Eleitoral interposto para, reformando a sentença recorrida, deferir o requerimento de registro de candidatura de **Ivaldo da Silva**.

É como voto.

**Orlando Rocha Filho**  
**Desembargador Eleitoral Relator**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS**  
**Recurso Eleitoral nº 37-60.2016.6.02.0015, Classe 30**

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO**

**Recurso Eleitoral Nº 37-60.2016.6.02.0015**

**Prot. 27.068/2016**

**ORIGEM: RIO LARGO - AL**

**JULGADO EM:** 13/09/2016 (SESSÃO Nº 73/2016)

**RELATOR(A):** DESEMBARGADOR ELEITORAL ORLANDO ROCHA FILHO

**PRESIDENTE DA SESSÃO:** DESEMBARGADOR ELEITORAL SEBASTIÃO COSTA FILHO

**PROCURADOR(A) REGIONAL ELEITORAL:** DR(A). Marcial Duarte Coelho

**SECRETÁRIO(A):** Maria Celina Bravo

**DECISÃO:** Acordam os Desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. (Acórdão nº 11.687, de 13/9/2016).

**PARTICIPANTES DO JULGAMENTO:** Presidência do Senhor Desembargador Eleitoral SEBASTIÃO COSTA FILHO. Presentes os Srs. Desembargadores Eleitorais: JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES, GUSTAVO DE MENDONÇA GOMES, ORLANDO ROCHA FILHO, PAULO ZACARIAS DA SILVA, FÁBIO HENRIQUE CAVALCANTE GOMES e ALBERTO MAYA DE OMENA CALHEIROS, bem como o Procurador Regional Eleitoral, Dr. MARCIAL DUARTE COELHO.

Por ser verdade, firmo a presente.

Maceió, 13 de setembro de 2016.

CLICIANE DE HOLANDA FERREIRA CALHEIROS

Coordenadora de Acompanhamento e Registros Plenários



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS**  
**Recurso Eleitoral nº 37-60.2016.6.02.0015, Classe 30**

**CERTIDÃO DE CONFERÊNCIA E PUBLICAÇÃO**

Certifico que o Acórdão/Resolução de nº 11687 foi conferido(a) e publicado na 73ª Sessão Ordinária, realizada em 13/09/2016. Eu \_\_\_\_\_ (Luciano Apel) lavrei a presente certidão, que segue assinada pela Coordenadora de Acompanhamento e Registros Plenários. Maceió(AL), em 13/09/2016.

CLICIANE DE HOLANDA FERREIRA CALHEIROS